LIDO EM SESSÃO
EM 19 / 11 / 2020
1º SECRETÁRIO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

APROVADO
Na Sessão do dia 19/11/20
PRESIDENTE

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º QUADRIMESTRE 2020

Alagoinhas, 29 de Setembro de 2020.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte, à hora regimental, realizou-se na Câmara Municipal de Alagoinhas, uma Audiência Pública, de acordo **Oficio nº 044/2020,** de autoria do Poder Público, para apresentação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º Bimestre/2020, e do Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2020, que atende ao disposto no § 4º, Art. 9º da Lei de Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. **Dentre os convidados presentes estavam: Daniel Ivo Neri Grave – Secretário Municipal de Fazenda, Leila Carla Vila Flor Souza Gabriel – Controladora Geral do Município e os Vereadores, Anderson César Baqueiro da Silva, Darlan Lucena de Oliveira, Francisco Ribeiro de Oliveira, João Henrique de Jesus Meirelles Paolilo, Jorge de Santana Gonçalves "Jorge da Farinha", José Carlos de Lins de Lima "Pastor Lins", José Cleto dos Santos Filho "Cleto da Banana", Luciano Marcio Santos Almeida, Norberto Alves Moita, Ozeas Menezes de**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

Souza, Raimunda Neire Florêncio de Souza, Raimundo Alves dos Santos e Roberto José Torres de Lima. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Presidente Roberto Torres que registra a ausência dos Vereadores Juracy Ferreira do Nascimento, após a leitura do Expediente, foi transformada a Sessão Ordinária em Audiência Pública de acordo Art. 9º da Lei Complementar 101/00. O Sr. Presidente passa a palavra ao Sr. Daniel Grave – Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Quero saudar a todos os presentes. Hoje a prefeitura ira apresentar junto com a Secretária de Fazenda e Controladoria Geral do Município a avalição das metas fiscais do Segundo Quadrimestre de dois mil e vinte do período de janeiro a agosto como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. É uma prestação de contas diferente por conta da pandemia e de mudanças no procedimento de um cenário fiscal atípico do exercício do corrente. **Em seguida o Sr. Secretário Daniel Grave apresentou a Execução Orçamentaria das Receitas e Despesas que estão em anexo a essa Ata. Pergunta Ver. Luciano Sergio,** com relação aos custos da Covid-19? **Responde Sr. Daniel Grave – Secretário de Fazenda, diz;** que a Lei complementar 173/2020, do valor repassado para o município um percentual vai para Saúde, e o restante quem recebe é a SEFAZ. A Saúde recebeu R$ 2.192.000,00

(dois milhões, cento e noventa e dois mil reais), e o restante é livre para reposição do orçamento do município. **Pergunta Ver. Luciano Sérgio,** se tem uma visão do foi que apresentado pela Secretária de Saúde até o momento? **Responde o Sr. Secretário diz;** que nesse quadro não tem os números. Mas que o Vereador pode oficializar a solicitação que mandará a está Casa. **O Sr. Presidente passa a palavra a Sra. Leila Carla Vila Flor – Controladora Geral do Município, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saudou aos presentes. Salientou a honra de está voltando a está Casa para apresentação do quadrimestre. **Em seguida a Sra. Leila Carla – Controladora Municipal apresentou os Limites Legais e Constitucionais (Pessoal – Educação – FUNDEB – Saúde), que estão em anexo a essa Ata. O Sr. Presidente posta em discursão, se manifestou o Vereador João Henrique, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saúdo a todos os presentes. São bastante preocupantes os dados apresentados. Teremos um cenário de queda de arrecadação apresentada pela prefeitura por conta do COVID -19, e irresponsavelmente a prefeitura não para de gastar. Então claro que os números apresentados pelos Secretários que as despesas correntes no custeio da prefeitura são um motivo de alerta. E não tem uma medida que altere essa situação. Quanto a divida consolidada no valor de quase R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) de INSS, essa

divida é da atual gestão ou do anterior? Obrigado! **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Luciano Almeida, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saúdo a todos os presentes. Se foi criada uma rubrica específica para as ações do COVID-19? **Responde o Sr. Secretário, diz;** com relação ao Covid as despesas recebida pelo município tem um rubrica específica no balanço da receita. Não preparamos o documento porque a audiência publica é mais informação macro. Mas enviará a está Casa tudo que foi aplicado e gasto com recursos do Covid. **Com a palavra Ver. Luciano Almeida, diz:** que sua preocupação é com os superfaturamentos e as denúncias com desvios de verbas com relação ao Covid. E essa é forma de está fiscalizando como está sendo gasto esses recursos. **Responde Sr. Daniel Grave, diz:** a Assistência Social tem obrigação junto ao Governo Federal de fazer a prestação de contas pontual e específica. A saúde tem sua estrutura própria de contabilidade e faz sua prestação de contas pontual. No portal da transparência tem todos os gastos disponíveis para qualquer cidadão acessar. Com relação ao parcelamento da Coelba e do SAAE, são dívidas da gestão anterior. O alerta do Vereador João Henrique é positiva, mais o município não gastou de forma descontrolada, suas necessidades aumentaram. O município arrecadou de janeiro á agosto R$ 262.000.000 (duzentos e sessenta e dois milhões) é comprometeu suas

despesas em R$ 60.000.000 (sessenta milhões), a nossa preocupação é média e longo prazo. Porque o custeio do município a médio e longo prazo vem crescendo. As despesas com pessoal houve uma redução. Então nos números da parte mais difícil conseguiu reduzir que são as despesas com pessoal. **Com a palavra Ver. João Henrique, diz:** que faz sua referência de um balanço até o final do ano. E que sua preocupação é de curto prazo. **Responde Sr. Daniel Grave, diz:** que tem até dezembro pra cumprir suas contas senão automaticamente estarão rejeitadas. E que existe um planejamento para ser sanado. Com relação a divida do INSS, fizemos um parcelamento através um auto de infração, da gestão anterior. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Francisco Ribeiro "Thor de Ninha", Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saúdo a todos os presentes. Ficamos com várias dúvidas com relação á apresentação. Quais são as despesas empenhadas para que possamos ter o conhecimento claro, de que não afetarão no resultado até o final do ano? **Responde Sr. Daniel Grave, diz:** que o município poderia empenhar todo orçamento autorizado pela Câmara, o município de janeiro a agosto empenhou R$356.000.000 (trezentos e cinquenta e seis milhões). O que dizer com isso! Que a lei obriga que o município reconheça no seu orçamento essa despesa. Só vira endividamento quando o serviço é executado e chega à fase de liquidação. **Pergunta**

Ver. Francisco Ribeiro "Thor de Ninha", com relação ao resultado primário, a LDO resultou no valor fixo de R$ 7.000.000,00 (sete milhões) negativo, e tem uma despesa de R$10.000.000,00 (dez milhões) negativo, sem considerar os juros da dívida. O que Sr. Secretário informa sobre isso? **Responde o Sr Daniel Grave, diz;** que pega sua receita livre e confronta suas despesas liquidas abatendo o juros e amortizando a dívida. Seu endividamento está maior que a meta, por que seu custeio está alto. **Pergunta Ver. Thor de Ninha,** com relação ao resultado nominal, tem uma dívida de R$1.316.000,00 (um milhão, trezentos e dezesseis mil reais), quando se coloca o resultado primário essa divida diminui? **Responde Sr. Daniel Grave diz;** que tem a uma diferença. E terá quatro meses para resolver essa situação. E amortização da CAF ficará para segundo semestre do próximo ano. **Com a palavra Ver. Thor Ninha,** diz; que para próximo ano o município estará com situação difícil para pagar esses custeios. **Responde o Sr. Secretário, diz;** que existe estratégias para resolver essa situação. Agora para próximo ano temos que trabalhar igual ao Governo Federal com tetos de gastos (custeio, pessoal, investimentos). **Pergunta Ver. Thor de Ninha,** diante da pandemia tivemos diversos postos de saúde, escolas fechados, por que se aumentou o custeio? **Responde Sr. Daniel Grave, diz;** que aumentou em outras áreas como serviços públicos, urbanização, pavimentação,

tapa buracos. Então a cada serviço que foi entregue aumento o custeio. A UPA se tornou unidade de serviço para Covid, esse equipamento de saúde quando inaugurado aumentou automaticamente o custeio do município. **Pergunta Ver. João Henrique,** com relação à praça dos esportes, está nas despesas liquidadas ou nas empenhadas? **Responde Sr. Daniel Grave, diz;** que 100% das despesas estão empenhadas. E à medida que a SESIN vai recebendo as medições irão liquidando. **Com palavra Ver. Thor de Ninha, diz;** que significa que 27% capacidade de endividamento diante do que foi apresentado pelo Secretário para próximo ano será um problema. Porque durante esses anos saíram de 14%, para 27%, então o nível de endividamento aumentou. **Responde Sr. Daniel Grave,** que é natural para um município que quer crescer ter um endividamento. Não tem recursos próprios o suficiente, então se busca a operação de crédito e emendas. **Pergunta Ver. Thor de Ninha,** de onde estão saindo esses recursos dessas obras que estão sendo feitas neste final de ano? **Responde Sr. Daniel Grave, diz;** algumas com o saldo da CAF, outras com recursos próprios, e emendas parlamentares. **Com a palavra Ver. Luciano Sérgio, diz;** que observou durante esses seis meses às ações do Covid é tímida para esse volume. Eu acompanho quase todos os setores, e vejo que os Epis (Equipamento de Proteção Individual) são um volume

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

muito grande de recursos. Vimos Alagoinhas com relação às outras cidades com um equilíbrio nos dados fiscais, mais esperávamos uma queda na arrecadação, e minha crítica, é na qualidade dos gastos. A grande fragilidade da administração da qualidade dos gastos dos recursos públicos. Com relação à Secretaria de saúde, a estruturação da atenção básica seria fundamental para o processo formação e prevenção à saúde. Isso está uma negação. E quando vão para os investimentos de serviços públicos, e de infraestrutura vimos o desperdício, e obras sem serem concluídas, com serie de pendencias e qualidades. Na figura de legislador e fiscalizador são esses elementos que vejo a fragilidade da qualidade dos gastos, do equilíbrio fiscal. Obrigado! **Nada mais havendo, o Sr. Presidente convoca os Srs. Vereadores para a próxima Sessão, que se realizará no próximo dia 1º de outubro e, em nome de Deus, encerrou os trabalhos. Para constar, foi a lavrada a presente Ata que após lida, discutida, aprovada e por todos assinada, será arquivada nos anais desta Casa.**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO